

Desigualdades e violências no capitalismo neoliberal

Rosilene Marques Sobrinho de França
Organizadora



**DESIGUALDADES E
VIOLÊNCIAS NO
CAPITALISMO NEOLIBERAL**

Rosilene Marques Sobrinho de França
Organizadora

DESIGUALDADES E VIOLÊNCIAS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

AUTORAS E AUTORES

Adjaime de Freitas Cadete
Adriana Rodrigues Cunha
Adriana Siqueira Marreiro Magalhães
Aline Mattos Fuzinatto
Ana Kelma Cunha Gallas
Beatriz Gershenson
Carmem Letícia dos Santos
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Elaine Ferreira do Nascimento
Estelyta Hanna Guedes Rodrigues Morais
Gabriela Dutra Cristiano
Gorge André Lando

Inês Castro Apreza
Jordôa Moreira Leite
Lucas Catarino Pereira de Sousa
Maria D'Alva Macedo Ferreira
Marisol Alcocer Perulero
Marta Bramuci de Freitas
Míriam Tháís Guterres Dias
Olívia Cristina Perez
Rodrigo Aragão da Silva
Rosa Icela Ojeda Rivera
Rosilene Marques Sobrinho de França
Tamires Nogueira Santos
Teresa Cristina Moura Costa

Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Diretora da EDUFPI

Olivia Cristina Perez

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

Solange Maria Teixeira (Coordenadora)

Jairo de Carvalho Guimarães

(Coordenador Adjunto)

EDUFPI - Conselho Editorial

Jacqueline Lima Dourado (presidente)

Olivia Cristina Perez (vice-presidente)

Carlos Herold Junior

César Ricardo Siqueira Bolaño

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Jasmine Soares Ribeiro Malta

João Batista Lopes

Kássio Fernando da Silva Gomes

Maria do Socorro Rios Magalhães

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

**Comitê Editorial ad hoc**

Anabella Pavão da Silva (UNESP/Franca)

Juliano Vargas (PPGPP/UFPI)

Marfisa Martins Mota de Moura (UNIFSA)

Mauriceia Lígia Neves da Costa Carneiro (DSS/UFPI)

Renato Tadeu Veroneze (UEMG)

Edição e Normalização Bibliográfica

Rosilene Marques Sobrinho de França

Ana Kelma Cunha Gallas

Projeto Gráfico e editoração eletrônica

Wellington Silva

Capa

Tiago Marques de França

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

D457 Desigualdades e violências no capitalismo neoliberal / Rosilene Marques Sobrinho de França, organizadora ; Adjaimé de Freitas Cadete ... [et al.], autores e autoras. -- Teresina : EDUFPI : LESTU, 2025.

E-book.

ISBN: 978-65-5904-363-7

DOI: [10.51205/edufpi.lestu/978-65-5904-363-7](https://doi.org/10.51205/edufpi.lestu/978-65-5904-363-7)

1. Capitalismo Neoliberal. 2. Desigualdades. 3. Violência. I. França, Rosilene Marques Sobrinho de. II. Cadete, Adjaimé de Freitas.

CDD: 306.342

Bibliotecária: Fabíola Nunes Brasilino - CRB 3/1014



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



Coedição:

LESTU EDITORA CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 37.361.030/0001-33

Rua Olavo Bilac, 1951 • Teresina-PI



Editora: Ana Kelma Cunha Gallas

O ESTADO BRASILEIRO DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19: algumas reflexões sobre os aportes religiosos e conservadores da extrema direita no poder

*Marta Bramuci de Freitas
Rosilene Marques Sobrinho de França*

INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado “O Estado brasileiro diante da pandemia de Covid- 19”¹ objetiva analisar a ação do Estado frente aos aportes religiosos e conservadores da extrema direita no poder na atualidade.

Em conformidade com Cepêda (2018) a nova direita busca reconhecer os componentes que decidem as fronteiras do campo político da direita no mundo e no Brasil nas últimas décadas. Para a referida autora existem três importantes problemas para a apreensão e análise deste tema, quais sejam: as fronteiras

1 Trabalho publicado nos anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas “Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia - Consciência De Classe E Lutas Sociais na Superação da Barbárie”, realizada no período de 16 a 19 de novembro de 2021, São Luis-MA: UFMA, 2021.

ideológicas; os limites do tempo o que permite a nomenclatura nova direita, com características distintas de outros momentos; e, o entendimento de que o conservadorismo modifica sua roupagem de acordo com os contextos históricos e sociais.

A metodologia teve como base estudo bibliográfico, com a utilização dos aportes teóricos de Marx (2010 e 2011); Cepêda (2018); Ferreira (2015); Löwy (2015); Salvador (2020); Severo (2020) Werneck; Carvalho (2020), dentre outros.

A revisão de literatura utilizada foi a técnica de estudo, por meio da qual analisou-se a ação do Estado na contemporaneidade frente aos aportes religiosos e às diretrizes ultraneoliberais e conservadoras da extrema direita no poder, com reflexões sobre os seus desdobramentos no atual contexto de crise do capital e pandêmica decorrente da Covid-19.

O artigo está dividido em duas partes: a primeira analisa os aportes religiosos e conservadores da extrema direita brasileira no poder e, a segunda, examina alguns aspectos que perpassam o tema na realidade brasileira considerando o contexto da pandemia de Covid- 19.

OS APORTES RELIGIOSOS E CONSERVADORES DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA NO PODER

De acordo com Almeida (2019, p. 186), o conservadorismo tem percorrido a trajetória histórica do Brasil. No contexto atual, o teor deste se aproxima de conteúdos fascistas e fundamentalistas que afrontam a democracia e a cidadania.

Na Europa a ascensão da extrema direita se apresenta a partir da ação de partidos políticos neonazistas bem como de partidos de tendências mais moderadas. De acordo com Löwy (2015, p. 654), apesar da inexistência de partidos com conteúdos

fascistas, a exemplo de como ocorreu na Alemanha na década de 1930, as transformações e as faces ditas modernas da extrema direita ameaçam a democracia sob as variadas formas. Nesse contexto, a extrema direita na Europa se apresenta a partir das seguintes tipologias: a) “Partidos de caráter diretamente fascista e/ou neonazista”, a exemplo do partido Aurora Dourada, que se configurou na Grécia; do Jobbik, que emergiu na Hungria; do Partido Nacional Democrata, presente na Alemanha; b) “Partidos semifascistas”, com significantes conteúdos de base fascista, mas que diferem dos partidos fascistas que emergiram na primeira metade do século XX, podendo-se citar, dentre outros, o partido da Frente Nacional, que se configurou na França; c) “Partidos de extrema direita”, que apesar de não terem origem no fascismo apresentam elementos a ele articulados, a exemplo do racismo e da xenofobia, como ocorre com o Lega Nord, na Itália (Löwy, 2015, p. 654-655).

Para Löwy (2015) a ascensão política e eleitoreira da extrema direita nos últimos anos na Europa não se deve somente à crise econômica, visto que, apesar de Portugal e da Espanha terem uma economia fortemente comprometida, ainda assim, não aderiram à extrema direita.

A extrema direita no poder no Brasil difere em vários aspectos da configuração da extrema direita na Europa, considerando que em vários países existe um caráter de continuidade em termos políticos e ideológicos entre os movimentos de conotação neofascistas e aqueles de base fascista que se configuraram na década de 1930 (LÖWY, 2015). Para Löwy (2015), a extrema direita brasileira na atualidade tem pouca relação com as bases fascistas da ação do integralismo que contribuiu para a instauração do Estado Novo no Brasil. E, apesar da realidade

brasileira contemporânea conter grupos neofascistas estes encontram-se na marginalidade.

De modo que os aportes religiosos e conservadores e a articulação com os setores militares são os principais pilares da extrema direita no poder no Brasil (Cepêda, 2018; Severo, 2020), que, aliado ao negacionismo, à política ultraneoliberal, ataques à ciência, contrarreformas, e às medidas regressivas no campo das políticas públicas, contribuem para formação de um cenário devastador, agravado pela crise do capital e o contexto decorrente da pandemia de Covid-19.

De acordo com Ferreira (2015) o avanço do conservadorismo moral e político com base na ideologia da extrema direita brasileira apresenta como alvo especialmente as questões de diversidade sexual e de gênero. Para o referido autor, tal invasão do conservadorismo desconsidera os direitos adquiridos e a importância da participação dos sujeitos políticos.

O que aproxima ideologicamente a atual extrema direita brasileira com a que foi construída na França é a sua perspectiva conservadora e reacionária; a repressão aos segmentos sociais indesejáveis; a violência policial e a intolerância a determinados segmentos e grupos sociais, a exemplo de lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais, dentre outros, tendo como base aportes religiosos e conservadores. Contudo, o avanço da extrema direita no Brasil difere da forma de ascensão que sucedeu na Europa, visto que, no Brasil essas forças emergiram aliadas a setores militares (Löwy, 2015).

Para Marx (2010), é importante a defesa de um Estado laico, a fim de que haja transformação de fato na sociedade praticante da religião. No contexto brasileiro atual, a religião como uma das formas de sustentação dos ideais conservadores alimenta

a extrema direita e dita comportamentos, sendo utilizada por grupos que exercem poder de influência sobre a população como forma de polarização moral da sociedade.

Para Ferreira (2016, p. 169), o conservadorismo contraditoriamente se coloca a partir do tripé Deus, família e pátria, e movimenta-se por um “pragmatismo imediatista”, com posicionamentos heterogêneos e negacionistas que têm como base aportes religiosos e conservadores, que são utilizados para discriminação e ataques às minorias sexuais, se colocando ainda, pela não discussão das questões de gênero e de orientação sexual.

Em conformidade com Severo (2020) o avanço da extrema direita ao poder no contexto brasileiro tem reafirmado as manifestações de ódio, a intolerância, o negacionismo e as interferências religiosas nas políticas de Estado, contribuindo para a ocorrência de violências e o desrespeito aos direitos humanos, sobretudo, no atual contexto decorrente da pandemia Covid-19.

O ESTADO BRASILEIRO E A PANDEMIA DE COVID-19: algumas aproximações

A pandemia de Covid-19 se apresentou catastrófica no mundo. Até o dia 28 de julho de 2022, no Brasil, havia registro da morte de 553.272 pessoas e de 19.797.516 contaminados (as) pelo novo Coronavírus. De acordo com Werneck e Carvalho (2020, p. 2), “o século XXI presenciou várias epidemias que puderam ser contidas em algum nível temporal ou geográfico”, contudo, juntas “elas provocaram menos mortes do que a Covid-19”.

As desigualdades sociais, a segregação social urbana, o elevado número de pessoas em situação de rua, são alguns

dos aspectos que mostram a histórica trajetória de negação dos direitos da classe trabalhadora, que, em tempos de reestruturação produtiva do capital, sofrem os rebatimentos da crise capitalista e dos desdobramentos pandêmicos, com desemprego e fragilização de vínculos trabalhistas.

Os cientistas e pesquisadores há tempos alertam para o fato de que o crescente desmatamento decorrente das relações capitalistas de produção e da ação devastadora que é realizada junto ao meio ambiente, favorece a disseminação de doenças infecciosas e contribui para a ocorrência de graves problemas de saúde pública (Werneck; Carvalho, 2020).

O debate sobre o posicionamento do Estado brasileiro frente à pandemia causada pela Covid-19 é fundamental, especialmente quando se confirma o caráter classista do Estado a favor do capital e que o mesmo intervém na política econômica alinhado aos interesses do capital financeiro, ignorando as necessidades econômicas, sociais e de saúde da população.

Para Werneck e Carvalho (2020) existem significativos desafios a serem enfrentados no Brasil frente à pandemia Covid-19, considerando as condições precárias de habitação e de saneamento de grandes contingentes populacionais. Desse modo, é importante o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) a fim de que este seja capaz de efetivar o direito universal à saúde.

Em “A questão judaica” Marx (2010) diferencia o processo de emancipação política da emancipação humana. Para Marx (2011) os direitos conquistados a partir das revoluções burguesas não significaram necessariamente a emancipação humana, na medida em que se baseiam na manutenção da propriedade privada e no individualismo.

Cabe destacar que, na realidade brasileira atual, a ascensão da extrema direita ao poder a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 impactou fortemente os direitos sociais frente às diretrizes ultraneoliberais, à reestruturação produtiva do capital, às contrarreformas do Estado e às medidas regressivas no campo das políticas públicas, cujos desdobramentos são aprofundados frente ao desemprego, à fragilização de vínculos trabalhistas e ao atual cenário decorrente da Covid-19.

Para Cepêda (2018), a nova direita mantém em seu acervo processos sombrios que justificam a recusa ao progresso e um direcionamento aos princípios de igualdade social, reafirmando assim a exclusão da população aos acessos condutores de políticas públicas.

Em conformidade com Almeida (2019, p. 190), os avanços conservadores no Brasil se fazem presentes na esfera pública por meio da mídia, plataformas, redes e grupos sociais, com a veiculação de *fake news* e a disseminação de discursos de ódio.

Em conformidade com Marx (2010), os recursos do Estado se constituem a partir de um fundo público visando garantir a própria sobrevivência da sociedade. Tal fundo público, segundo Salvador (2020), deverá ser investido para intervir em políticas públicas. Entretanto, o fundo público historicamente tem sido utilizado como mecanismo de acumulação e de reprodução do capital, e no Estado neoliberal, o fundo público está a serviço do capital financeiro. De modo que no Brasil os efeitos da Covid-19 “foram praticamente ignorados pelo governo e acabaram agravados pelas medidas de ajuste fiscal” (Salvador, 2020, p. 2).

Para Werneck e Carvalho, (2020, p. 4), o cenário brasileiro é indeterminado, pois, “as estimativas válidas e confiáveis do número de casos e óbitos por COVID-19 esbarram na ausência de dados confiáveis, [...] frente às recomendações contraditórias

das autoridades em cada nível de governo”. À epidemia de Covid-19 somou-se a extrema vulnerabilidade frente às elevadas “taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais”, principalmente após a implementação da Emenda Constitucional nº 95, que impôs um novo regime fiscal, com cortes orçamentários que ameaçam as políticas públicas.

Assim, verifica-se que a crise é mundial, mas, a população brasileira já enfrentava amplos rebatimentos da crise no campo social frente às diretrizes do neoliberalismo desde os anos 1990. De modo que a crise do capital a partir de 2008, aliada à ação regressiva do Estado no atual contexto, com o negacionismo do governo, ataques à ciência e a regressão das políticas públicas, agravam a crise sanitária decorrente da Covid-19, e escancara as contradições do capitalismo, que se reproduz por meio da barbárie a partir daquilo que ele produz de destrutivo, o que gera um esgotamento civilizatório e um movimento de decomposição da sociedade atual.

A pandemia de Covid-19 analisada do ponto de vista sociológico, proporcionou visibilidade às diversas faces das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, diante do contexto atual vivenciado no Brasil, as lutas históricas travadas pelo proletariado em diversos momentos da sociedade precisam ocupar seus lugares em caráter de urgência.

Frente à pandemia de Covid-19, uma das tarefas colocadas ao proletariado, do ponto de vista da luta ideológica e política, é a compreensão do amplo processo de retrocesso diante das políticas governamentais, que caminha do lado oposto às reivindicações e conquistas históricas dos movimentos sociais e populares.

Para Salvador (2020) os recursos do fundo público precisam fortalecer as políticas públicas e as intervenções

estatais no combate à Covid- 19. O referido autor procedeu a um levantamento da execução do orçamento no sistema SIGA Brasil, do Senado Federal, além de verificar os dados orçamentários constantes no Painel Covid-19 pelo Instituto Fiscal Independente (IFI), e concluiu que o fundo público destinado a este fim.

A questão da relação entre religião e a política tem intensificado as discussões nos últimos tempos, quando o Estado publicamente investe na imposição aos cidadãos de uma ideologia religiosa quando trata das questões de interesse coletivo, desconsiderando inclusive os aspectos éticos. Nesse sentido,

A ascensão da modernidade trouxe consigo não somente a separação entre a Igreja e o Estado, mas também a secularização e a laicidade do Estado, o que implica que as sociedades passaram a nortear-se não mais por explicações oriundas de crenças religiosas, mas por explicações baseadas na razão moderna, no pensamento racional, ancorado na comprovação científica (Severo, 2020, p.18).

Assim, as demandas geradas frente ao atual contexto econômico, político e social vivenciado no Brasil mostram a importância das lutas sociais por emancipação política e humana, bem como demonstram a necessidade de efetivação de políticas públicas, com a garantia de direitos para os diversos segmentos e grupos sociais, como elementos essenciais à efetivação da democracia e da cidadania.

CONCLUSÃO

A presente análise da ação do Estado brasileiro diante da pandemia de Covid-19 levou em consideração os aportes religiosos e conservadores da extrema direita no poder, com

discussões sobre o caráter negacionista do governo atual, que contribui para o desamparo econômico-social de elevados contingentes de pessoas no atual contexto de crise do capital, isto, diante de um país extremamente desigual, com uma história obscura e colonial.

O atual contexto de ofensiva do capital e de dominação ideológica frente às medidas regressivas e de mercantilização de direitos sociais confrontam as lutas históricas da classe trabalhadora com um cenário devastador diante do negacionismo do governo, alastrando-se para todos os âmbitos da vida social.

Nesse contexto, a imediatividade da vida mercantilizada adquire status de realidade. A partir da mercantilização das políticas sociais, os direitos sociais passam a serem vistos não mais como direitos, diante das diversas formas de dominação econômica, política e ideológica, que também intensificam e minam as expectativas de contraposição ao *status quo* vigente.

A redução do orçamento federal para ciência, tecnologia, inovação e educação, denuncia o desrespeito do governo à comunidade científica e a toda sociedade brasileira. Especialmente as ciências humanas são alvos de fortes ataques da extrema direita, pois, estas sempre ocupam a linha de frente da crítica às relações de produção capitalista e à ideologia política desse sistema.

Nessa perspectiva, as contrarreformas do Estado provocam um intenso retrocesso no âmbito dos direitos às políticas universalistas, duramente defendidas a partir das lutas da classe trabalhadora.

Verifica-se que a nova direita brasileira e internacional é marcada, sobretudo, pelo o uso dos recursos tecnológicos em massa, nas plataformas de comunicação, onde os processos que envolvem o conjunto político são desacreditados devido a

propagação de *fake news* como uma das estratégias políticas, além de acordos duvidosos com grandes corporações, intelectuais e formadores de opinião. De modo que a laicidade do Estado, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, tem sido ignorada e acompanhada pela propagação dos discursos de ódio, que se confundem com o dogma da religião, incitando a divisão entre as pessoas, repercutindo significativamente na democracia e na cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente - Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, vol. 38, nº 01, 185-213, jan./abr. 2019.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais.

Mediações, LONDRINA, vol. 23 n. 2, p. 75-122, maio/ago. 2018.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.20 n.36, p.166-178, jan./jun. 2016.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução: Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. A Comuna de Paris. In: VIANA, Nildo (Org.). **Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

SALVADOR, Evilasio. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil.

Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, jul./ dez. 2020, p. 1-15.

SEVERO, Denise Osório. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. Rio Grande, *Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS/ Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 1, jan./jun. 2020, p. 14-29.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. Editorial. **Cad. Saúde Pública**, 36(5), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pz75jqtqNC9HGRXZsDR75BnG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 de julho de 2021.



“Este livro resultado de uma potente parceria que reúne esforços e sintonia em torno do debate sobre as “reformas” neoliberais, as desigualdades, violências e seus desdobramentos junto à família e seus membros. Necessita ser lido com urgência, posto que a ofensiva ao Estado Democrático de Direitos e às conquistas da nossa classe parecem terem fincado os pés no país. Mais do que nunca é chegada a hora de aumentar a vigilância e reafirmar os princípios ético-políticos em defesa da liberdade, da democracia e da justiça social. O livro nos arma para a permanente e intensa disputa no interior da sociedade e do Estado”.

Juliana Iglesias Melim
*Professora adjunta da Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES)*

